

A BATALHA

Suplemento semanal — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Editor: Alberto Dias

Administrador: Domingos Afonso Ribeiro

Propriedade da COMIS-
SÃO INTER-FEDERAL

Sede provisória:

Calçada Castelo Branco Saraiva, 42

Officinas: Rua da Atalaia, 114

Toda a correspondência para o APARTADO

N.º 329 — Lisboa

Número avulso \$30

MAIS UMA TENTATIVA DIVISIONISTA

Lêmos, mas não pasmamos, que «socialistas e sindicalistas vão formar uma nova organização operária».

E não pasmamos, porque, sempre que as águas estão turvas, não faltam meninos bonitos a pescar, armando em redutores do proletariado.

E' mal endémico que já vem de longe, pena sendo que algumas experiências não sejam suficientes, como demonstração prática da inutilidade de certas tentativas divisionistas.

Cada um dos chamados partidos operários se esforça por criar uma corrente de opinião no seio do proletariado.

O Sindicalismo, sendo um movimento de recursos próprios com objectivos perfeitamente definidos, vive e desenvolve-se à margem de todos os partidos. Sendo assim, parece que estes partidos, posto que aspiram à conquista dos poderes do Estado, deveriam procurar o seu campo de irradiação também à margem dos sindicatos, com os mil e um recursos de que dizem dispor.

Mas não. Sempre que entendem dar expansão a esses agrupamentos eleitorais e parlamentares de conquista do poder, é da classe operária que se lembram. Achamos isto natural visto ser a que constitui a força do número. O que não é natural, é pretendem converter os sindicatos — organismos essencialmente de luta económico-social — em células dos partidos de luta essencialmente política.

Há dias vimos um vespertino de Lisboa publicar uma entrevista com o que chama um antigo militante operário, o qual se permite fazer umas paradoxais afirmações que colidem sobremaneira com a verdade dos factos.

Assim, enquanto afirma a existência duma União Geral dos Trabalhadores, de que, ninguém ainda deu fé, enquanto afirma, por outro lado, que aquele organismo «actuará com o único objectivo de servir a causa operária», exclusivamente, por isso que «põe de parte as estafadas tendências ideológicas», ele acrescenta que «a nova organização filiar-se há na Federação Sindical Internacional com sede em Amsterdam», solidarizando-se com a sua congénere de Espanha «que recentemente se fundiu com o Partido Socialista».

Posta a questão, concisa e claramente, o que se trata é de tentar uma nova Central operária portuguesa. Existia já a tentativa duma nova Central, a dos scissionistas máximos, resultante dum «empalmanso» por parte de elementos do Partido Comunista — a engraçada Comissão Inter-sindical de Lisboa. E os elementos do Partido So-

cialista, entendem, como o preto, que aquele também ser gente e vá de lançarem a fiteixa a alguns daqueles sindicatos de tradição amorfa, pêso morto no movimento libertador do proletariado para com os mesmos constituir a pomposa U. G.

Estas tentativas seriam hilariantes se não fôra o prejuízo que as mesmas trazem à própria classe operária. E' que não se vislumbra parcela de honestidade nestes processos divisionistas. Há, em tudo isto, o propósito de aproveitar um momentâneo enfraquecimento, absolutamente transitório, para tirarem o máximo partido.

Não se cuida de unir forças, de preparar uma acção de conjunto do proletariado escravo, para a conquista dum melhor futuro. Não! Trata-se tão só de enfraquecer cada vez mais o proletariado, dividindo-o e introduzindo a confusão no seu seio.

Como se compreende a afirmação de que se pretende unicamente «actuar para servir a classe operária», quando o que se pretende é conquistar a classe operária para servir um partido?

A falta de nobreza destes partidos demonstra-se pela sua absoluta ausência de sinceridade e de franqueza.

Mas não nos admiramos...

A ORDEM

Como ela reina em alguns países

Na Polónia, o ditador Pilsudski mandou prender os deputados da oposição. Houve motins, mortos e feridos.

Nas Índias, a polícia inventa um novo complot-pretexto, que dá ocasião a prisões em massa.

No Afeganistão, o exército real, com os seus aviões, bombardeia os rebeldes. Fala-se em grandes perdas nestes últimos.

Na China, novos e sangrentos combates. Em Han-Kéow as autoridades mandam executar todos os dias uns vinte revoltosos.

No Perú, rebentam greves. Os trabalhadores manifestam-se. A polícia faz fogo. Seis manifestantes mortos, cinquenta feridos.

A ordem foi restabelecida.

E, apesar disso, os livros pacifistas continuam a espalhar-se pelo mundo, os homens bons e visionários duma ordem de coisas mais equilibrada e justa, continuam a verberar os que provocam tais desordens. E, contudo, os estadistas não deixam de falar no desarmamento geral, enquanto dotam os seus exércitos dos mais modernos aperfeiçoamentos nas armas de guerra e fomentam em vários lados, a desordem.

Este número foi visado pela
Comissão de Censura.

PARADOXOS

Crime e castigo

Esta última série de crimes foi uma vaga, uma vaga que não passou ainda, totalmente, e que já mais passará enquanto dum lado permanecer o homem escravo do instinto e do outro, o meio ambiente em que gravita, teimarem os chicotes que o agredem, os ângulos que o dilaceram e esses mil e um braços monstros, invisíveis mas sensíveis, que o empurram, o impelem à protervia, o obrigam a só ser esse instinto não domado que é, ao mesmo tempo, seu soberano e subdito desse meio ambiente. E a bússola, que tanto o pode levar a porto de salvação como ao naufrágio irremediável das paredes duma masmorra.

O instinto é inconsciente, e, como todo o inconsciente tende para a imitação, segue-se que todo o instinto é simiasco. Ora sendo, seguramente, três quartos da humanidade orientados e comandados por ele esses três quartos têm, fatalmente, que imitar alguém. E quem hão de eles imitar? Naturalmente o quarto restante, constituído pelas camadas chamadas superiores — em metal e metálica estupidês. E tanto assim é que, logo que o capital deixou de reconhecer fronteiras para sua expansão formando os grandes «trusts», financeiros e industriais, logo, imediatamente, também, se formaram as quadrilhas internacionais. Vem um pouco, ainda, desta ânsia de imitação a tendência de enriquecer que caracteriza o nosso tempo. E, como estamos no século da velocidade — o mais rapidamente possível. Os bandidos empregam hoje automóveis nas suas proezas talvez porque os banqueiros usam aviões nos seus negócios. No fundo, isto limita-se apenas a uma questão de franca concorrência — entre oficiais do mesmo ofício. E foi certamente este o critério que presidiu à resposta daquele tarápão que, há tempos, quando a polícia o interrogava acusando-o de uma morte, ele respondia ao agente:

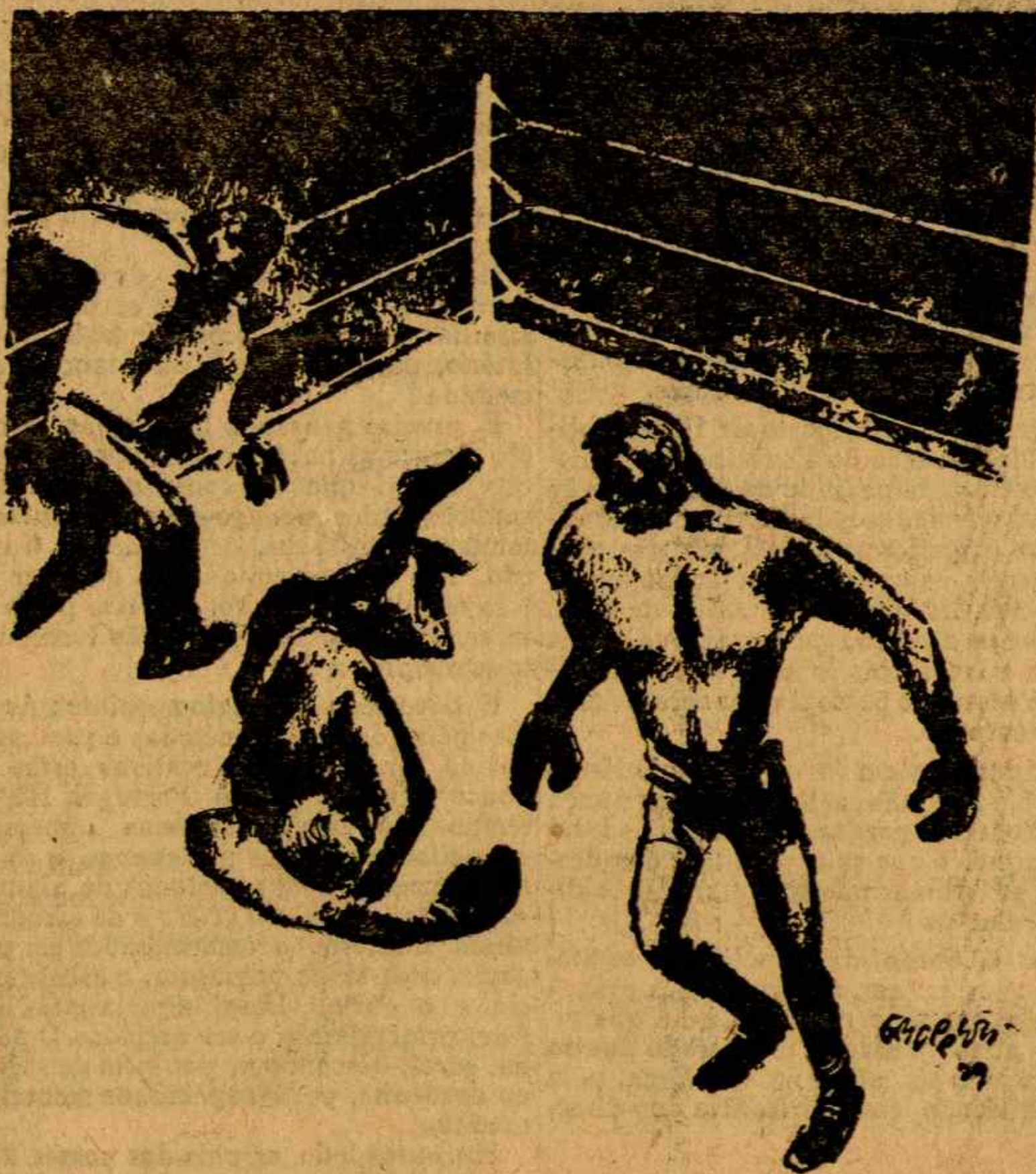
«O senhor está enganado! Roubar, sim, tenho roubado. Mas nunca matei ninguém. Eu sou uma pessoa honesta!»

Ora a nós, por hoje, só nos interessam aqueles que, segundo o simpático homem, não são honestos, quer aizer — os assassinos.

A criminologia, sendo uma ciência de conhecidos progressos e de reconhecidos méritos, tem tido, porém, até aos nossos dias, um lamentável defeito, qual é o de não ter passado ainda além dos congressos internacionais que, de anos a anos, metá dúzia de sábios fazem, talvez por distração. Praticamente, o terreno tem-lhe sido defeso. Porquê? Não averiguaremos por agora as causas. Basta-nos dizer que, por mais que sábios criminalistas e artistas, como Ferri e Dostoiévsky, tenham tratado o problema da sanção ao criminoso-assassino, considerando-o um anormal, o castigo-escola de novos crimes persiste, como persiste a pena de morte, apesar de constantemente ainda se reconhecer a sua inutilidade. Não se cometem hoje menos crimes do que se praticaram outrora, mau grado toda a justiça-castigo. Apenas como a vida é outra, outra é, também a maneira de matar. Todos os delitos que se não baseiam em causas económicas assentam nas taras. E estas não diminuíram como aqueles não mudaram. A degenerescência é filha do alcool, da sífilis, da civilização. Quanto à situação económica dos povos é hoje a mesma que era dantes, acrescida de uma coisa quasi sem importância que se chama desemprego.

E é lamentável que, «neste século das luzes», como dizia aquele magnífico conselheiro do Eça, a Imprensa, a soberana Im-

O Símbolo da nossa civilização



O império da força

ESCLARECENDO

EM REGIME DOS SOVIETES

Informações da imprensa oficial do governo da U. R. S. S.

O salário médio, que é inteiramente exacto e já tem sido assinalado, é calculado segundo indícios móveis, tendo presente diversos elementos considerados como salários em especialidades: índice dos preços, tarifas de aluguer, serviços colectivos e seguros sociais. É preciso, pois, discernir o salário real do salário nominal. Este pode baixar ainda, mesmo quando aquele suba; mas o que importa é o salário real. E diminui, na realidade, quando o índice dos preços não corresponde aos preços verdadeiros.

O índice está baseado sobre os preços teóricos a que deviam ser vendidas as mercadorias nas cooperativas, mas estas vendem quer seja mais caro, quer seja duma qualidade inferior, e a miúdo carecem de certos produtos que o consumidor deve comprar ao comércio privado pagando duas, três ou quatro vezes a tarifa oficial. Isto são outras tantas baixas, e muito sensíveis, do salário real. E todavia diminui ainda quando os alugueres experimentam uma alta geral, o que se tem produzido quatro vezes em três anos e deve repetir-se inevitavelmente várias vezes, dado o descalabro dos imóveis, à causa da insuficiência do fundo para sustentá-lo.

O trabalho de empreitada está em vigor numa grande parte da indústria. Em 1926 já se contavam, pagamentos de empreitada, 68 por cento nos produtos químicos, 63 por cento nas minas etc. (Economičeskoe Obzrenie, Julho, 1926), essa proporção não cresceu desde então. Essa imensa quantidade de trabalhadores não pode confiar em aproximar-se do salário médio, mais do que ao preço duma intensidade de trabalho que chega ao esgotamento das forças.

Nos casos em que o salário está calculado sobre um salário básico multiplicado por um coeficiente que varia segundo as categorias, estas são em número de 17, representando os diferentes graus de qualificação, o salário médio nominal pode ficar imutável ou elevar-se quando o salário real baixa pelo facto de mudar o coeficiente. Mas nos casos em que os operários são adstritos a normas de produção, o aumento das normas diminui o salário efectivo e nada se reflecte no salário médio teórico.

Os contractos colectivos, impostos aos operários sem que possam ter efectivamente voz no capítulo, reduzem a miúdo o salário real a despeito de todos os meios aparentes, e as violações das suas cláusulas não se contam.

Outras reduções se operam debaixo da forma de supressão de bilhetes de comboio, retidos por diversos serviços colectivos ou áreas comuns, devorados ou dissipados nas oficinas, etc., isto sem que pareça o salário médio sofrer oscilação.

Não devemos esquecer as subscrições obrigatórias às férias dos operários muito embora eles o não desejem; apesar da resolução do III Congresso dos soviets, o comité executivo da província de Narkof obriga a subscrever-se os «Visti» sob pena de multa.

pressa ainda se interesse mais por que o criminoso não fique impune do que pela vítima ou pela regeneração daquele, operada nos moldes da moderna criminologia. Quid si se sente vontade de perguntar-lhe se acaso não sabe que a impunidade foi sempre praticada em muito maior escala do que a justiça. Lá dentro, nas masmorras, apodrecendo alma e corpo entre humidade e sombra, estão apenas — saiba-o a História — os inocentes...

João Bravo

A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

PORTUGUESA

recomenda a leitura de «A Batalha» e «Vanguarda Operária»

Esta é de 300 rublos.

Isto vem num periódico em ucraniano que os russos nem sequer podem ler (Pravda, 19 de Junho de 1925).

Demonstra-se claramente que não se fazem caso das pretendidas resoluções dos chamados congressos. Uma decisão do comité executivo de Kieff sobre a «limitação do abono obrigatório às férias» livra «as pessoas privadas» da obrigação e lhes levanta as multas (Pravda, 11 de Agosto de 1925). Mas há demora entre a decisão e a aplicação. O abuso perdura, desaparece para renascer, subsiste onde falta o controle, surge debaixo de novas formas. Em muitas cidades é a compra de «retratos dos chefes» o que se impõe, outras vezes é a compra duma bandeira vermelha se já está provido daqueles. As subtrações hipócritas operadas nos salários são multiplas e adquirem os aspectos mais inesperados.

E ainda não é tudo. Há que desfalcar do verdadeiro salário, reduzido assim na sua dura realidade, as cotizações, listas de subscrição, sacrifícios materiais periódicos ou ocasionais, impostos aos trabalhadores contra sua vontade e representando uma parte sensível da sua mísera fêria. Em princípio, e mesmo por definição, a adesão às organizações e associações chamadas voluntárias é livre. Na realidade os assalariados são inscritos em massa sem ser consultados ou em consequência de simulacros de consulta onde não participam, e que não permitem a ninguém ir contra uma decisão tomada em «cima».

Esse sistema de enrolamento voluntário obrigatório equivale a imposições ou tarifas disfarçadas, cujo montante é bastante elevado em relação ao mísero salário real. O autor disto, que trabalhou numa instituição soviética de Moscovo, encontrou-se membro de oito organizações ou sociedades sem haver dado nunca a sua adesão a nenhuma, e com razão porque o «cidadão» soviético não possui a possibilidade de fazer ouvir a sua opinião; estava a pesar seu no seio do sindicato profissional, no Mopr (Sociedade Internacional de ajuda aos revolucionários, chamada no Ocidente Socorro Vermelho), nas associações de «amigos» das crianças, da química, na sociedade «Abaixo o analfabetismo» e noutras duas que desapareceram sem dúvida; as cotizações eram deduzidas na caixa nos dias de pagamento, sem que fosse possível resistir, simultaneamente com algumas deduções ocasionais (ajuda às crianças abandonadas, aos inuídos de Leningrado, etc.) como as há permanentes (fundo cultural, ajudas mútuas diversas).

O ponto de arbitrariedade a que este sistema pode chegar, é advertido ao constatar que o número de sindicados revelado pela estatística é agora superior ao número de sindicáveis... Os abusos nesse domínio têm sido tão intoleráveis que o poder central tem que intervir várias vezes para reprimir os excessos de zelo, que a imprensa oficial publica instruções em que fixam um limite às subscrições voluntárias, singular confirmação da liberdade dos subscritores.

O Pravda de 2 de Agosto de 1925 publicou uma deliberação do Conselho de Comissários do Povo impedindo de fazer pressão sobre os assalariados pelas instâncias administrativas superiores, as assembleias chamadas gerais, as cooperativas de alojamentos. No Pravda de 31 de Julho de 1926, lê-se que «a directiva de cessar as adesões em massa e mecânicas às associações voluntárias, de reduzir o pessoal remunerado, etc., não é executada».

Tais directivas em favor dos trabalhadores despojados, não são executadas nunca voluntariamente, porque vão contra os interesses daqueles que se aproveitam dos despojos e as vítimas não têm mais que o direito de calar-se.

Quando o abuso das espoliações se atenua e os anos faltam, as espoliações principais subsistem apesar de tudo e há que insistir, o abuso renasce mascarado doutra forma, com mais amplitude e força, pela responsabilidade dos fabricantes de «directivos».

Ciência e reforma social

Vimos no anterior artigo o problema que tratamos, sob o seu aspecto relacionado com a filosofia. Iremos hoje a outro, o relacionado com as ciências positivas e as chamadas ciências sociais. Aqui vemos igualmente que podem servir para defender os mais diversos regimes políticos, as mais contraditórias aspirações sociais. No imenso amálgama dos factos mais ou menos verificados, escolhe cada um os que convêm à sua tese, e cada um formula teorias, que afinal são na realidade programas, desejos, propósitos, e que o autor qualifica de verdades científicas, iludindo-se a si próprio e aos outros. Na interpretação dos factos da história natural, na antropologia, na filosofia da história, na economia política e em toda a sociologia, a cada voltar de página se nos deparam afirmações tendenciosas, que dizem **é**, quando teriam que dizer **deveria ser**, ou antes, **eu desejaria que fosse**. E o resultado é sofrer com isso a investigação científica objectiva e imparcial; e a luta social, do campo ardente das paixões e interesses, que lhe é próprio, passa a abastardar-se no meio das tretas dos académicos e dos sapientes.

* * *

A ciência recolhe os factos, classifica-os e, quando acha que esses factos são necessários e necessariamente se reproduzem sempre que se verificam as mesmas circunstâncias, formula leis naturais, que não são outra coisa senão a afirmação de que, em dadas condições, se dão certos e determinados fenómenos. Mas não diz ao homem o que ele deve desejar, se deve amar ou odiar, se deve

ser bom ou mau, justo ou injusto. Bondade, justiça, direito são conceitos que a ciência ignora completamente.

A ciência tende a delimitar o campo entre a fatalidade e a livre vontade. Quanto mais ela progride, mais poderoso se torna o homem, pois aprende a conhecer as condições necessárias que tem de satisfazer para realizar a sua vontade. Mas esta vontade, realizada ou não, continua sendo uma força extra-científica, com origens próprias e tendências próprias.

A toxicologia ensina-nos a acção fisiológica dos venenos, mas não nos diz se devemos servir-nos das noções adquiridas para envenenar ou para curar a gente.

A mecânica descobre as leis do equilíbrio e da resistência dos materiais, ensina-nos a fazer as pontes, os barcos a vapor, os aeroplanos, mas não nos diz se é melhor construir a ponte onde faz arranjo à cupidez dum proprietário ou onde serve os interesses de todos; não nos diz se os barcos e aeroplanos devem ser utilizados na condução de soldados e no lançamento de bombas sobre as populações, ou na difusão da civilização, do bem-estar e da fraternidade pelo mundo.

A ciência é arma que tanto se pode aplicar ao bem como ao mal; mas ignora por completo a ideia de bem ou de mal.

Em conclusão, nós não somos anarquistas porque a ciência nos ordena que o sejamos; mas somo-lo, entre outras razões, por desejarmos que todos possam gozar as vantagens e satisfações que a ciência proporciona.

E. Malatesta

DO ENSINO

A Instrução na família e os defeitos que a não recomendam

Muita gente defende, como preferível, o ensino feito em casa, pela própria família ou por professores competentes. Não sou absolutamente contrário a essa opinião. Acho mesmo que o ideal seria que as crianças nas primeiras idades, não precisassem de sair de casa para receber a instrução elementar.

Mas é possível, no estado de atraso económico e cultural em que se encontra o meio familiar português, produzir trabalho satisfatório, para o interesse da criança e da sociedade?

E' preciso pensar-se bem, no assunto, pois ele merece as nossas preocupações. Quem é que há aí que se considere possuindo os conhecimentos pedagógicos suficientes para ministrar aos seus, dentro do lar, a instrução, nos termos em que ela deve ser feita? Não nego, em absoluto, que isso possa acontecer, mas parece-me que não teremos muitos exemplos a citar.

E deve ser assim pelo seguinte: As questões pedagógicas, os métodos e processos de ensino, as teorias educativas estão muito pouco divulgadas em Portugal. Há pouco tempo que esses problemas começaram a ser agitados entre os professores, e só muito recentemente, com os estudos de alguns pedagogistas da escola activa e da escola nova, ainda nublados e emaranhados em pesada eoria, diga-se de passagem, a escola primária e o ensino liceal, aquela mais do que este, principiaram a ser arejados. O público, em geral, desconhece, por falta de sugestões, ou cedenha, por incapacidade mental, esses assuntos.

Por outro lado, os pais dos nossos alunos, ou são analfabetos, ou andam assoberbados

com trabalho, com preocupações, ou vivem na miséria ou na riqueza imortal. Em qual quer destas circunstâncias, é impossível mesmo que se queira, desempenhar funções de professor dentro do lar, e muito menos fazer obra acertada.

Em todo o caso a circunstância que mais prejudica a missão dos pais, quando se resolvem a dispensar a escola pública ou o colégio, é a influência pesada que os preconceitos, as ideias feitas, a moral vulgar, predicações inerentes à própria família, dentro do nível moral médio em que ela se encontra, exercem ao praticar o ensino.

Umavez é o autoritarismo exagerado, a imposição, a violência, que determinam o método. A criança é ameaçada, é obrigada a um esforço intelectual excessivo, sem atender à psicologia e às possibilidades físicas, é repreendida asperamente, é espancada. Como a criança é, por natureza, refractária à imposição, reage, luta por todos os modos para se defender, e o resultado é deficientíssimo, quanto à aquisição de conhecimentos, ou contraproducente, quanto à parte moral.

Outras vezes é uma bondade excessiva que orienta o ensino, principalmente quando há intervenção das mães. A promessa, o brinquedo, a guloseima, etc., andam à frente de tudo. O menino aprende com a mira de obter um prémio. Está-se a ver quanto isso pode influir na deformação dos sentimentos, nos ideais de confiança no esforço próprio e no trabalho recompensado por si mesmo, pelo êxito.

Quantas mães excessivamente bonas não têm produzido a desgraça dos filhos! A criança tem direito a seguir a trajectória que a Natureza lhe traça. A criança tem, mesmo, direito a identificar-se por si mesma dos erros cometidos contra a Natureza, contra a justiça, a elevada justiça que a evolução social vai estabelecendo. A maioria dos pais não compreende isto.

Mas vamos andando. Um dia se compreenderá, e então caminharemos mais depressa para a sociedade perfeita que antevemos.

M. O.

Penalt Istria

TRIBUNA LIVRE

Precisamos racionalizar a nossa actividade

Todos os que leem as publicações operárias, que assistem aos seus actos públicos, conhecem e compreendem que o aumento de salários e a diminuição na jornada de trabalho, são objectivos realizáveis e, naturalmente, pensam que todos devem procurar ajuntar ao trabalho realizado, o seu esforço. Mesmo que este facto seja real, ele não basta para garantir o êxito. Para conseguir este é preciso compreender a aspiração a realizar e a maneira prática de o conseguir, o método mais racional a utilizar.

Mais ou menos todos sabem o que desejam; precisamos saber, agora, a forma de conseguir realizar esse desejo.

E é aqui que encontramos as maiores dificuldades. Pretendem uns que nos cinjamos às melhorias de ordem imediata, a conseguir por todos os meios e sem qualquer preocupação futura; outros, pelo contrário, pensam que devemos atingir um futuro de emancipação integral, por meio duma actividade conveniente e contínua, actividade essa que vá erguendo os alicerces duma sociedade nova, fundamentada na equitativa distribuição das riquezas. No meio destas duas actividades opostas—reformista e revolucionária—flutua uma outra, que tão depressa nos aparece reformista como revolucionária e, naturalmente, pouco apta a enfrentar problemas que visem a emancipação dos trabalhadores. Portanto a organização operária, constituída por trabalhadores que desejam libertar-se das escravidões afron-

tosas, está indicado um único caminho: aquele que, por atitudes dignas e actividade conveniente, conduz à emancipação integral dos trabalhadores.

Este objectivo exige do operariado que o deseja uma actividade no sentido duma racionalização dos seus meios de actividade precisando, para isso, duma preparação individual e duma revisão nos meios de luta, de modo a encaminhar o movimento operário para uma finalidade ideológica definida

* * *

Não se compreende—eu pelo menos não o compreendo—que organismos de luta e de preparação para uma sociedade, a organizarem sobre bases mais em harmonia com as leis da natureza e de maneira a permitir o máximo desenvolvimento possível do indivíduo, não compreendo, dizia, que a luta não seja conduzida de forma a atingir, insofismavelmente, o objectivo ou a finalidade que lhe tem sido determinada pelas afirmações dos teóricos, dos militantes, e pelas resoluções dos congressos.

Isto que a muitos pode parecer uma afirmação leviana, é a mais razoável que se deduz da propaganda feita.

Ora o sindicalismo, na fase que dele conhecemos, não revelou mais nada que não seja um propósito de melhorias imediatas, algumas vezes conseguidas por meios pouco dignificantes e, o que é mais grave, retardando, pelo reformismo que os caracteriza, a almejada emancipação.

Ainda, por outro lado, o seu campo de actividade era demasiado restrito, não vendo o conjunto da vida social, mas apenas alguns dos seus aspectos. Como se sabe a luta no movimento operário, quasi se tem cingido ao campo da produção, deixando outras modalidades de exploração e opressão sem os cuidados que, a seguir-se critério diferente, deveriam estar no mesmo plano.

Quem ousará negar a importância do factor sexual nas relações humanas? Quem desconhecerá a influência enorme do elemento intelectual e moral? Quem pretenderá apartar do número das suas preocupações, o factor educativo?

E tudo isto, mais a multiplicidade de problemas exigindo atenção, não tem merecido aquele cuidado que a sua importância exige. Organizar esforços, metodizar energias, apenas, para uma dada actividade, é supor que as sociedades, evoluindo por partes, conseguem equilibrar-se. Que assim não é, di-lo, na actualidade, a existência dum desequilíbrio tremendo que ameaça derruir, até, a própria civilização, criada pelo esforço renovador, nas várias épocas alimentado pelos espíritos de mais ampla visão social.

Nós temos afirmações que responsabilizam, temos apregoado uma transformação social que ainda não chegou e para a qual há muito, ainda, que vencer.

Enquanto o não conseguimos na totalidade — e isso seria impossível catastróficamente como muitos pretendem — devemos preocupar-nos por encaminhar a nossa actividade de maneira a irmos preparando o futuro, evitando os precalços que surjam.

* * *

Resistência à invasão capitalista e estatista, e construção de alicerces para o novo modo de vida social, tal deve ser a preocupação dos trabalhadores organizados. Hoje, apenas dedicam atenção à resistência ao capitalismo, deixando quasi que no esquecimento, os restantes factores. E é lamentável que tal suceda, quando se verifica ter-se hoje de lutar com uma organização social que tem corações mais fortes que dentes e mais inteligentemente domina a vida social dum povo. E' atender aos fenómenos russo e italiano, que vieram fortalecer órgãos pela sua condição anterior, prestes a desaparecer por falta de função. Hoje sucede o contrário. O seu campo de domínio é mais vasto, mais forte o poder de que dispõe, porque já não assenta, apenas, na força. Procurou a inteligência, a economia, a educação para dominar, manejando, todas as manivelas que põem em movimento a vida dos povos. O seu poder tende para ser mais forte, contrariamente ao que sucedia com a democracia, que deixava ao indivíduo um campo de actividade bem grande.

O esforço exigido deve, portanto, pelas condições sociais que se preparam e já dominam em alguns lados, ser orientado com o menor desperdício de energias possível.

E, porisso, pensamos que o sindicalismo não pode, e se pudesse não devia, continuar pelo mesmo caminho. Deve completar os seus meios de luta, alargando a sua actividade. Para tal lhe ser permitido carece de uma ideologia que lhe forneça os elementos orientadores, a finalidade social a essência dum método, e lhe permita abranger todos os sectores de influência na vida dos povos.

C. de Figueiredo

CRONICA

A mulher que trabalha

A mulher, como já neste jornal se afirmou com números e factos, está invadindo todos os domínios da produção e todos os redutos onde se trabalha, prejudicando o homem por se submeter a mais baixos salários e por se encontrar sem a defesa que, até certo ponto, o homem possui. É conhecido o facto de, na sua quasi totalidade, as mulheres não serem sindicadas, não aproveitando, por vezes, das regalias de que o homem disfruta e que, com mais direito, a mulher devia, também, chegar.

Este estado de coisas não pôde continuar sem grave prejuizo para todos os que trabalham.

A mulher não tem, em parte alguma, salários que se aproximem sequer dos salários dos homens, mesmo quando o trabalho que executam é idêntico. Além disso trabalha em condições verdadeiramente aviltantes, submetida aos galanteios dos capatazes, chefes, gerentes e, até de camaradas seus. A sua condição de mulher não é reconhecida. Nos períodos da menstruação, nos de gravidez e amamentação, a mulher encontra-se impossibilitada de ter o necessário repouso, porque se falta à oficina terá que deixar de alimentar-se, se não correr o risco de ficar sem trabalho.

Estes factos, por si só, exigiriam uma atenção cuidada. Mas há mais. Vejamos, por exemplo, o aspecto da luta pré-melhorias e pré-emancipação.

O trabalhador está entregue, na actualidade, a crises periódicas e longas, devido ao escasso poder de compra e insuficiente consumo que determina a necessidade duma produção, cada vez mais reduzida. Este facto indica que o operariado deve reclamar a redução da jornada de trabalho e o aumento de salários, com a preocupação de os fixar num mínimo, que proteja contra as fraudes. Para conseguir essas melhorias precisa de lutar, porque o capitalismo não cede sem pressão. Como podem os trabalhadores fazê-lo se se encontram sem o apoio da mulher-produtora e esta, porque não está organizada e porque se submete a todas as condições de trabalho e aos salários mais baixos, os irá substituir no trabalho se tiverem que abandoná-lo?

Eis porque pensamos que a luta dos trabalhadores não será possível desde que a queiram bem orientada, sem o apoio da mulher. Precisamos, portanto, pensar na maneira de a integrar no movimento operário. Parece-me que, inicialmente, se deverá organizar um plano de acção e elaborar um conjunto de medidas que tendam a garantir à mulher uma situação que ofereça mais vantagens. Simultaneamente procurar-se há interessá-la na vida dos organismos de classe, onde deverão, também, actuar como militantes.

Isto é, pelo menos, o que no momento que decorre mais facilmente se poderá realizar e mais garantias de êxito oferece. Mas, quer seja desta ou doutra maneira, há necessidade de conseguir que a mulher que trabalha seja um elemento de cooperação no movimento operário e não um elemento de concorrência, em prejuizo seu e dos seus camaradas de trabalho.

O. do Carmo

A BATALHA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA:

CONTINENTE e ILHAS:
Série de 10 números..... 3\$00

ÁFRICA:
Série de 10 números..... 4\$00

ESTRANGEIRO:
Série de 10 números..... 5\$00

Pagamento adiantado

Toda a correspondência deve ser enviada para o APARTADO n.º 329.

Lêr e propagar «A Batalha» é o dever de todos os trabalhadores.

NO SUB-SOLO

Como se trabalha nas minas

As 7,30 horas de todos os dias úteis, toca a sineta, devendo a essa hora já estar dentro do túnel ou à boca da mina, todos os operários do 1.º turno (vulgo «relevo»).

Ainda há bem pouco tempo todo o operário que ali chegava 1 ou 2 minutos após o toque de «abaixada» voltava para casa. Agora já são dados 5 minutos de tolerância para o operário que chegue à boca da mina depois do toque da sineta.

Os mineiros descem por uma rampa bastante inclinada, numa extensão aproximada a 300 m. e descem por um Poço (N.º 3) sem a segurança necessária, pois as tábuas (vulgo «longarinas») que vão circundando a escada (uma espécie de corrimão) umas estão despregadas, outras estão mal seguras. As paredes do próprio Poço ameaçam derruir, em alguns sítios, dum momento para outro.

Os operários, em número de 300 aproximadamente, em cada turno têm um «quarto de hora» para o percurso que vai desde a boca do túnel até ao local do trabalho. A Empresa deseja que este espaço de tempo seja apenas de 10 minutos para aqueles dentro os operários que cheguem à boca da mina 5 minutos após o toque da sineta.

Uma vez descido o poço n.º 3, seguem os operários para diversos «Pisões» cujas «Guias» Norte, Centro e Sul, são perfuradas na massa espessa do minério em direcção oposta. Estas canhas são sempre começadas com altura e largura suficientes para

nelas trabalharem uma «parelha» (2 homens).

Noutros tempos, à medida que se avançava nessas canhas iam-se colocando os «quadros de avanço» ou revestimentos de madeira que ao peso da massa partem constantemente, mas que ainda servem de segurança ao terreno durante algum tempo, avisando, ao partir, em muitos casos, que a derrocada está iminente, dando tempo a que os operários retirem. Hoje nem isso se faz. Quasi todos os trabalhos dentro da mina são feitos de tarefa (vulgo tarefas) que põem em permanente perigo os operários, já devido à natureza do trabalho, e mais, ao grande número de acidentes diários, que só por si dão origem a um número de acidentados que, em 31 de Outubro de 1929, se elevou a 1.559. Em 1928 o número de acidentes no trabalho foi de 1.171. Além destes existe um número incalculável de operários vítimas dos vapores sulfurosos, não considerados acidentes no trabalho. Para tal muito contribui, porém, o mau hábito das tarefas.

Nestes trabalhos existem como modalidades especiais, os «Safreiros», que enchem as pequenas «wagonetas», e os «Barmenos» que provocam a saída do minério de entre a massa, rompendo, previamente, pelo dinamite. Neste Departamento existem, também, os serviços exteriores, chamados os côrtes da mina, que é uma enorme cova em anfiteatro com mais de 100 m.

(Informes do Sindicato dos Mineiros de S. Domingos).

Salários baixos e condições de trabalho nocivas

O pessoal das oficinas da Carris trabalha nas piores condições

O pessoal das oficinas da C. C. F. L. embora sentindo de uma maneira geral, o peso da exploração patronal, da exploração capitalista, nem todo o sente com a mesma agudeza. É que entre o pessoal das oficinas, os salários estão estabelecidos de uma forma que se chega a criar, entre os próprios operários, diversidade de interesses. Casos há como sucede com os carpinteiros, em que as diferenças de salário atingem 11\$00 e 12\$00 por dia. Imagine-se, pois, a situação de dois operários, fazendo o mesmo trabalho e com uma tal diferença de salário. A empresa da Carris procura tirar dos inconvenientes dum tal sistema de salários o melhor partido possível. Deve ser mesmo para isso, que tais desigualdades de situação são por ela estabelecidas.

Pelo Sindicato do pessoal, foi apresentada à Companhia, uma reclamação de melhoria de vencimentos de 25 %. A este pedido, bem justificado pelo aumento sempre crescente de todas as coisas indispensáveis à existência, nada se teria a objectar se não houvesse aquela diferença de salários. Ela existe, e é tão grande, como nos parece não haver em parte alguma. Por isso, aquela reclamação, tal qual está formulada vem aumentar a desigualdade de salários, agravando desinteligências entre o pessoal, com as quais só a companhia lucra.

Estes inconvenientes não se receiam no pessoal do movimento, por os seus salários serem mais ou menos uniformes.

O que há pois a fazer para modificar um tal estado de coisas? Queremos parecer em primeiro lugar, que o pessoal das oficinas deve ingressar todo no sindicato, unindo os seus esforços com os do pessoal do movimento. Ali estudará a maneira de formular as suas reclamações e evitar tais anomalias. Diremos, contudo, — e com o intuito de sugerir um caminho vantajoso — que o pessoal da carris se deve preocupar com a uniformização dos salários, exigindo da Companhia o seu estabelecimento numa base da vida. Exige tal sistema, a desigualdade actual e a necessidade de unir o pessoal por meio de interesses concordantes e não disparar como agora sucede. Para isso torna-se necessário que o pessoal das oficinas ingresse no sindicato, pois só ali pode, estudar convenientemente, as suas reclamações.

A Companhia diz ter material tão bom e tão higiénico, como o das melhores cidades do mundo. Tudo isso é, porém, como nos estabelecimentos comerciais. Do balcão para fora, o que está em contacto com o público, há as melhores condições de comodidade. Do balcão para dentro, isto é onde trabalha o pessoal, tudo falta, até as mais rudimentares condições de higiene. Assim, quem entra num carro, a julgar pela aparência, nem sequer se lembra de que aqueles que tornam possível toda a aparência de conforto que os rodeia, fazem todo o trabalho para isso necessário, nas mais penosas condições higiénicas, em alguns casos com tão poucas condições de segurança, que a sua vida se encontra em constante perigo.

Quando se construíram as oficinas de Santo Amaro, certamente se não supunha o enorme desenvolvimento que de futuro tomariam. Por isso, sendo feitas para um movimento muito menor, actualmente não comportam tudo o que as necessidades do serviço exige. Tudo se acumula. Em certas oficinas, numa mesma casa, encontram-se o vestiário, as retretes, os urinóis, etc. Tudo a esmo e sem os convenientes resguardos. O ar que se respira, é não só pesado mas também pestilencial. Numa outra oficina, tanto de dia, como de noite, tem de se trabalhar com luz artificial. Nem luz, nem ar. Imagine-se, por estes factos, como trabalham os operários daquelas oficinas. A saúde deles está, constantemente, ameaçada, a

propagação de doenças é, em tal meio, enormemente facilitada.

As condições de segurança deixam também muito a desejar. Entre outros citamos a carpintaria mecânica. Não é raro que, por esse motivo, ali se deem decastrados e alguns de bastante gravidade. Aquela oficina não tem capacidade suficiente para todo o movimento que ali se concentra. Por esse facto, todo o espaço é ali disputado palmo a palmo. Os espaços entre as várias máquinas, são tão exíguos que, ao mais pequeno descuido, o operário que passa, é colido pela máquina em movimento.

Outro assunto, também exigindo atenção: os balneários. Estes são insuficientes. Dias há em que o pessoal espera mais que duas horas, prejudicando-se. Há necessidade de os alargar, tornando-os mais acessíveis e menos morosos o serviço.

Também os refeitórios são deficientes. Há tempos foi construído um refeitório com todas as condições exigidas para o fim a que se destinava. Mas depois da sua inauguração foi fechado e nunca mais abriu. Será para quando houver visitas?

Ora a Companhia Carris tem grandes possibilidades de modificar para melhor todo este estado de coisas. O que se torna necessário para o conseguir, é o pessoal interessar-se por elas, actuando com persistência. Voltaremos a falar do pessoal da Carris, porque há, ainda, outras secções a exigir a nossa atenção.

A CRISE

Ideia de Troca Internacional de Produtos

Um telegrama de Londrestri nunciava que os financeiros de Wall Street procuram organizar uma troca internacional dos produtos que há em excesso em cada país. Assim, acrescenta o telegrama, os ingleses, segundo proposta feita, trocariam borracha por algodão e os japoneses, segundo sugestão sua, trocariam seda, também por algodão.

O governo de Washington, segundo notícias de boa origem — é ainda o telegrama que o diz — manifestou os seus receios ante a tendência socialista deste projecto.

Ora vejamos, por esta notícia, como temos razão. Temos afirmado sempre que a troca de produtos se pode e deve fazer directamente entre os interessados. Aquele projecto só vem corroborar essas nossas afirmações.

Queremos parecer, porém, que tal projecto não será realizado, por enquanto, porque os interesses e receios o impedirão. Contudo fica a ideia e, com ela, um dos caminhos a seguir para atingir a solução da temida crise económica que domina o mundo.

NA INDO-CHINA

O MOVIMENTO POPULAR CONTINUA

O movimento popular estende-se por toda a parte e com mais intensidade no Anam. Realizam-se manifestações que atingem proporções alarmantes para os homens da ordem. Numa a polícia matou dois manifestantes; noutra, cinco. Isto sem contar uns vinte feridos e centenas de presos.

O movimento continua, não havendo indícios de esmorecimento.

«Todo o indivíduo que se apresenta com novas e atrevidas, uma inteligência renovadora e pensamentos contrários à tradição, chega a ser um criador ou um destruidor. Porém, ditoso ou desgraçado, com o seu trabalho transforma o mundo.»

Eliseu Richs

QUESTÕES DE TACTICA

A Responsabilidade e a solidariedade na luta operária

Seus limites actuais e sua extensão possível

Decorridos tantos anos de propaganda, colhidos valiosos elementos de estudo, ainda nos encontramos, quanto aos meios de luta, naquela fase que concedia todo o valor e eficácia a determinados meios de defesa nos seus aspectos vários. A experiência demonstrou que eram insuficientes, que levavam, por vezes, a resultados contraproducentes. No entanto, continuam a predicar-se sem, ao menos, se ter o cuidado de os completar com o que lhe falta, libertando-os, possivelmente, do que lhe é inútil.

E, no entanto, a diversidade dos meios de explorar o trabalho, as múltiplas facetas que o movimento social nos apresenta e, ainda, outros factores, exigem, na verdade, do operariado organizado uma atenção cuidada e orientada para encontrar meios mais eficazes que os usados até aqui.

E' tão imperiosa essa necessidade de que nos encontramos todos preocupados em resolver o problema, virando-o e revirando-o sem lhe encontramos a solução. Não admira. Despreza-se demasiadamente o estudo dos problemas económicos, havendo grande relutância em largar ou modificar os velhos meios de resistência. E isto é tanto verdade, quando é certo que Max Netlau já em 1899 estudava o assunto e, em Londres, apresentava um trabalho seu de valor, quem não encontrou que lhe desse a necessária aplicação.

Dêlo vamos respigar algumas passagens, por ainda se não ter feito melhor e por estarem apesar dos anos decorridos actualizados:

«Além da propaganda intelectual directa das ideias anarquistas e da acção realmente revolucionária, isenta de qualquer discussão preliminar, o que parece ser preciso é que as grandes e crescentes massas do povo sejam levadas a compreender e a abraçar o princípio da dignidade e liberdade bem como o da solidariedade, e a procurar viver conforme tais princípios. E' além disso necessário que seja reconhecida a conexão inseparável que une esses dois princípios, pois o primeiro só, superficialmente interpretado, pode levar à acção pessoal do indivíduo para si mesmo, sem se importar de passar por cima da cabeça dos seus camaradas, ao passo que a solidariedade sem a dignidade e liberdade pessoais não é outra senão a que hoje vemos aplicada em volta de nós e que a cada instante nos fere — a solidariedade da maioria compacta com as piores fealdades do sistema presente: concorrência, patriotismo, religião, partidos autoritários, etc. Eis porque é necessária uma plena e consciente combinação dos sentimentos

de liberdade com os de solidariedade, e os que até aí tiveram progredido serão mais propensos a aceitar as nossas ideias, ou antes serão mais capazes de as compreender do que certas camadas da população actual. Porisso creio não me enganar fixando tal critério, tal pedra de toque dos meios de acção possíveis. Os meios de acção que não subam a esse nível deverão ser melhorados.

Antes de entrar em matéria, tenho que dar a conhecer as minhas opiniões sobre dois pontos nos quais me julgo herético, afastando-me das crenças económicas correntes e, em certo caso, dos argumentos usados na agitação. Basear-se há nesses dois pontos preliminares as minhas conclusões ulteriores.

Um dêles refere-se ao que se chama o público; a meu vêr, nas lutas operárias não se considera suficientemente esse factor. Os trabalhadores dum indústria estão organizados e lutam asperamente pelo melhoramento da sua situação económica; o mesmo fazem os patrões, que podem ser forçados, ou por movimentos vitoriosos ou pelo poder de um forte sindicato, a fazer concessões ao trabalho. Mas em regra os consumidores dos produtos dessa indústria é que de nenhum modo se acham organizados, nada fazendo para salvaguarda efectiva do seu interesse e redução dos

preços ao mínimo possível; de forma que é naturalíssimo procurarem e conseguirem os capitalistas recuperar quasi integralmente o valor das suas concessões ao trabalho sobre o público pagante. Que eu saiba, não tira o trabalho proveito ealgun desta última consequência da luta.

Porisso os preços sobem ou tornam-se inferior a qualidade dos produtos, e o público paga as custas das concessões arrancadas ao capital pelo trabalho, como é obrigado a fazer o partido mais fraco.

Movimentos tais deixam, então, as coisas no mesmo pé sob o ponto de vista económico e moral, ainda em caso de triunfo, pois o encargo das concessões económicas é pelos capitalistas transferido a débito do público pagante. Os trabalhadores sofrem no tanto mais quanto maior for a sua pobreza, e a elevação moral e o entusiasmo dos grevistas e dos que com estes simpatizam são contrabalançados pela depressão e hostilidade muda do resto do povo — que é quem, na realidade, satisfaz a conta.

Conviria porisso achar meios pelos quais o público (a massa trabalhadora) pudesse ser interessado de um modo, não unicamente sentimental, mas material, como os próprios operários em luta. Uma vez interessado a valer, poderia a sua ajuda ser enorme, pois, além da

simpatia e das subscrições, facilmente manejaria essa arma entre todas poderosa: a boicotagem.

Aí fica o primeiro dos meus dois pontos preliminares.

A minha segunda hesia diz respeito à *responsabilidade dos trabalhadores quanto à obra que executam*. Até hoje ninguém reconheceu tal responsabilidade. E' costume considerar um homem como um trabalhador honesto se trabalha por um salário — *sen jâmais olhar ao seu género de trabalho*. Tal ocupação é, de maneira efectiva, evitada ou exercida? Pois é difícil envergonhar quem a ela se entrega, por mais baixa e infame que seja.

Aparte o exemplo nojentos dos requerimentos para mister de carasco, feitos, conforme vemos às vezes, por pessoas de todas as profissões, do operariado e das classes médias, — não é para alguns o supra-somum da ambição um lugar de polícia, e não são muitas as tolas mulheres do povo, pobres criadas e cozinheiras, que sustentam polícias e soldados?

Enquanto esta escumalha goza, afinal, pouca popularidade na maioria do «povo», há serviços e mistérios indignos desempenhados por muito maior número de homens, a quem ninguém parece ter que dizer. Refiro-me à massa enorme de operários que produzem habitações de qualidade inferior, vestuário de qualidade inferior, maxilhões de qualidade inferior e assim por diante, que degradam a vida, depressim o espirito e arruinam o corpo dos seus próprios companheiros trabalhadores. Tudo isso, embora inspirado certamente pelos únicos interessados nesses processos, os capitalistas, é feito por importantes ramos do trabalho manual, pelas respeitadas e bem organizadas corporações operárias da construção, da indústria têxtil e do comércio. Acho isso repugnante e revoltante e não encontro desculpa para a circunstância de nem sequer se fazer um esforço para reconhecer o facto, e muito menos para lhe pôr o termo.

No fundo está o velho fraseado da indiferença: «Não tenho outro remédio; não me dão o trabalho a escolher. Se não o faço eu outro o fará. O proveito não é para mim, e eu bem gostaria de um serviço útil a valer. Mas não sou responsável pelo que tenho de fazer: a responsabilidade cabe toda ao patrão, que é quem manda».

A meu vêr, enquanto esta escapatória, esta desculpa de mercenário for reconhecida e geralmente aceita, as coisas continuarão como agora e nunca chegará um futuro mais brilhante. Graças a esta maneira de ver, os burgueses poderão

(Continua na 7.ª página)

A jornada de trabalho e a questão dos salários

Algumas ligeiras considerações sobre o exemplo norteamericano

Têve fôros de boa conduta industrial e foi tida, durante muito tempo, pela generalidade do capitalismo, como o único recurso para atenuar as crises industriais, aquela teoria económica que via no pouco custo da mão de obra a base da indústria e do comércio. Assim, para aumentar os seus lucros julgando garantir uma maior eficiência aos seus métodos de exploração, o capitalismo procurava pagar irrisórios salários aos trabalhadores, reduzindo, por vezes, a classe operária à mais penosa e extrema miséria.

Esta conduta que, à primeira vista, parecia oferecer vantagens, produziu resultados contraproducentes, como o demonstrou a experiência, não só para a economia das grandes massas de trabalhadores mas também para os próprios interesses do capitalismo. Se de momento resultava em prosperidades estabelecidas, em seguida, o aumento da crise, adquirindo esta um carácter permanente, em virtude do caos produzido no interior pela fatal diminuição da capacidade de consumo das respectivas populações locais.

E que o capitalismo de então, aferrado ao ronecimento, que o mantinha obstinadamente dentro das fórmulas clássicas e unilaterais de administração industrial, era unânime em considerar o operário unicamente como factor de produção, esquecendo a verdade intuitiva deste conceito económico: o operário sendo produtor é também consumidor, e sendo a população dum país constituída na sua maior parte por trabalhadores, da sua capacidade de compra, da sua facilidade de consumo depende, fundamentalmente, o desenvolvimento, as prosperidades da indústria e do comércio.

NA RUSSIA

Um anarquista vítima das prisões e do desterro

Morreu o jovem camarada Sérgio Semine tuberculoso, após seis anos de privações na prisão e no desterro.

Revolucionário ardente, não escondia as suas convicções anarquistas, o que bastou para que o mandassem prender em 1923. Condenado a três anos de prisão em Verkhne-Oural'sk, de lá saiu para ser exilado para Tver, onde contraiu a doença, que o vitimou.

Pedi então que o transferissem para o sul, mas só passados três anos (em 1929) é que permitiram que fosse viver para Tackent, onde morreu após uma lenta e penosa agonia.

Interessava-se muito pelo desenvolvimento das lutas operárias no Ocidente, e estava escrevendo um livro sobre Bakunine.

O desvirtuamento da revolução russa não abalou a sua fé no triunfo final do seu ideal de liberdade e fraternidade.

SOLIDARIEDADE

Pró-Mineiros

Como anunciámos constituiu-se em Lisboa uma comissão de trabalhadores que pretende levar a efeito uma série de espectáculos nos salões de festas dos organismos operários, afim de com o produto líquido das mesmas poder minorar o sofrimento dessa legião de centenas de trabalhadores do sub-solo despedidos pelas empresas concessionárias estrangeiras que não se importam com as péssimas condições económicas dos seus auxiliares, ainda pretendem reduzi-los a farrapos humanos.

Solidariedade a favor dos mineiros, eis o apelo da dita comissão.

Toda a correspondência, donativos e pedidos de bilhetes à comissão, Rua António Maria Cardoso, n.º 20, 1.º — Lisboa.

Foi o capitalismo norteamericano, por intermédio dos seus industriais mais representativos, o único, até agora, a reconhecer praticamente a que consequências funestas poderia conduzir a política da desvalorização sistemática da mão de obra, e conceber um plano infinitamente mais vantajoso de elevação de salários como única forma de acudir um pouco aos efeitos do desenvolvimento intensivo do processo mecânico, de que poderia resultar uma catástrofe, num país cujo mercado interior não oferecesse a maior capacidade de consumo.

Esta preocupação de elevar ao máximo, por intermédio duma melhor remuneração do trabalho, a capacidade do consumidor foi julgada indispensável pelo capitalismo yanque pois o recurso da exportação estava, também, a falhar, em virtude da defesa protecionista e do desenvolvimento industrial dos outros países, que lhes fechavam sucessivamente os mercados.

Por outro lado se o desenvolvimento industrial, pela racionalização, determinava o afastamento de numerosos braços proletários da produção, só a redução da jornada de trabalho e um mais alto nível de salários poderia facilitar um aumento proporcional do consumo. Só estas condições permitiriam o acesso à actividade de maior número de trabalhadores e, portanto, um mais amplo esgotamento dos produtos acumulados.

Assim surgiu a famosa teoria dos salários altos e das reduzidas jornadas de trabalho, — característica dominante do processo económico da norte-américa, a qual se não consegue livrar o capitalismo da derrocada fatal, constitui, contudo, um poderoso, embora transitório, elemento de equilíbrio, no meio do caos e dentro da falência geral do capitalismo que caracteriza a presente época.

E se é certo que nesse país, apesar da inteligente actuação dos seus industriais, o desemprego atinge neste momento cifras consideráveis, é fora de dúvida que se não fôra o método empregado o número dos sem trabalho teria alcançado as mais fantásticas proporções.

Se os resultados vindos daquela medida não fôram de todo satisfatórios, isto é, se os industriais não conseguiram realizar o perfeito equilíbrio entre produção e consumo, está nitidamente demonstrado que elas são largamente compensadores para o capitalismo.

Em Portugal o capitalismo, orientado por uma gulosia visão das realidades económicas, é adversário irreductível de tal teoria. Assim verificam-se a exiguidade de salários e as largas jornadas de trabalho. A elas estão os trabalhadores submetidos, sendo os factores mais importantes da pavorosa crise que ora se regista.

E como resultado desta obsessão egoística e desta miopia mental que torna particularmente rotineiro e avário o capitalismo português, os trabalhadores arrastam-se numa penosa situação de miséria que contrasta flagrantemente com as imensas possibilidades materiais do nosso século.

E por isso, aos despêndimentos em massa que quotidianamente vai limitando o número de trabalhadores em actividade, deve o proletariado opôr uma jornada de trabalho menor, à desvalorização dos salários, pelo custo da vida e pela sua redução, que vai limitando as possibilidades de consumo, devem os trabalhadores contrapor o seu aumento proporcional, que, sob uma base mínima, corresponda às exigências da sua necessidade de viver.

Tal deve ser a base da ofensiva anti-capitalista do presente período.

J. F. Moedas

Lêr e propagar "A Batalha" é o dever de todos os trabalhadores.

DE COIMBRA

O estado da organização operária em Coimbra

COIMBRA, 6.—Ao escrever pela primeira vez para *A Batalha*, quero saudar os que a fizeram sair e as classes trabalhadoras. O seu esforço é nobre e dêle todos beneficiaremos, porque a aparição dum jornal como *A Batalha* é como que um despertar de energias adormecidas.

A Batalha, jornal tão querido dos trabalhadores, foi recebida aqui com imenso entusiasmo.

As classes trabalhadoras desta cidade, vivem num completo indiferentismo pelos seus interesses económicos e sociais. Assim, da regular organização de outros tempos, nada, ou quasi nada, existe. Nós, que acalentamos com o vigor da nossa mocidade, e contribuímos com o esforço da nossa pouca inteligência, para que a organização operária desta cidade fosse qualquer coisa do que devia ser, vimos com tristeza e, ao mesmo tempo, com saudade, que os belos tempos de propaganda, e de lutas, pela defesa das mais sagradas regalias populares, hoje não se conhece. A pleiade de lutadores desses bons tempos, parecem esquecer-se de tudo. Uns, por conseguirem lugares melhores e mais rendosos, passaram-se com armas e bagagens; outros, porque nunca os animou o ideal de aspiração de beleza e liberdade, mas apenas o interesse material e imediato, deixaram que a desilusão os minasse. Estes não compreenderam as sublimes palavras—*a liberdade conquista-se dia a dia*.

E ainda há outros que fazem afirmações, mas não se preocupam com as questões sociais de organização. Por consequência, esses vivem num comodismo próprio à sua condição. Vive-se, pois, num marasmo que em nada dignifica os trabalhadores desta cidade. Temos a certeza, porém, que esses inconvenientes não perdurarão, do contrário seria a demonstração, falsa por certo, dum viver de felicidade que não existe.

As classes operárias de Coimbra, devem reorganizar as suas associações, para marcar de novo a sua posição de trabalhadores que desejam e aspiram uma vida de melhores dias.

O bem estar económico, a garantia das liberdades, não podem vir com o triunfo dos novos messias. Conseguir-se há, com o constante aperfeiçoamento duma nova mentalidade e quando, cada um confiar em si próprio.—(C.).

A DESOCUPAÇÃO

As causas do desemprego, segundo um comissário bolchevista

Em Março do corrente ano o comissário do trabalho na U. R. S. S., pronunciou um discurso tratando o palpitante tema do desemprego. Dêle salientamos aqui algumas passagens:

«As investigações recentes da nossa repartição de estatística provam que a organização do trabalho pela racionalização faz com que um homem produza 4 1/2 vezes mais em 1927 que em 1889. No fabrico do aço um homem produz 50 % mais em 1927 que em 1914. Na produção de agulhas para máquina de coser, uma rapariga examinando essas agulhas podia ver 3.000 por hora. Uma máquina facilita-lhe, actualmente, o trabalho e examina 27.000 agulhas no mesmo espaço de tempo.

«Poderia continuar e multiplicar os exemplos do progresso do maquinismo e da racionalização. Porém, os exemplos apresentados provam que se o consumo não aumenta com a produção, o número de trabalhadores diminuirá incessantemente. O desemprego aumentará em proporções perigosas e por um longo período».

«Enquanto que as novas máquinas e os novos métodos de produção—continua o comissário do trabalho—atiram para a rua um número cada vez maior de trabalhadores, temos em cada ano um milhão de novos trabalhadores fornecidos pela nossa po-

O conhecimento ainda demasiadamente unilateral e superficial do ambiente histórico, teatro das épicas lutas políticas dos tempos idos, e, especialmente, a ignorância das verdadeiras condições económicas, que lhe formavam o substracto, levaram muitos historiadores a ilacções extravagantes e bem distantes da verdade. Assim, pretendeu-se ver no sistema corporativo medieval alcançada com felicidade a hoje tão invocada harmonia entre capital e trabalho, ao passo que, um exame mais particularizado põe a nu a profunda distinção entre a classe a que pertencia a hegemonia económica e a outra, sujeita às extorsões da primeira.

Não se vá supor que a corporação medieval era formada exclusivamente de operários; quem lhe constitui a força é a classe patronal, isto é, a que possui os meios de produção. Se nas corporações de menor importância esta distinção pouco se sente, já onde a vida económica é tão desenvolvida que domina na cidade e muito amiúde ultrapassa os muros urbanos, fazendo sentir a sua influência até em países estrangeiros, ali, necessariamente, o antagonismo entre os detentores do capital e as classes trabalhadoras deve afirmar-se com a inevitável exploração destas últimas.

E' o carácter que, na Itália, durante a idade média, apresenta precisamente a arte dos fabricantes de lã, que constitui indubitavelmente a corporação mais forte, especialmente em Florença; mas, se nas outras cidades italianas não atingiu aquela grandeza a que chegou em Florença, foi, porém, uniforme por toda a parte o modo de exploração. Assim, em Pádua, constituída pelos mercadores que mandavam fazer por sua conta panos de lã, tinha ela sujeitos à sua jurisdição todos os mestres a que estava entregue o fabrico dos tecidos de lã, desde a preparação da matéria prima até ao acabamento dos panos, que os tornava dignos de passar nos mercados para as mãos dos «mestres laneros»: tecelões, cardadores, calandeiros, tintureiros, etc., estavam ligados a ela, se poder gosa nenhum daqueles direitos que a arte fazia valer na vida pública para fazer vingar os seus interesses, achavam-se expostos à exploração patronal, por-

pulação. Em cada ano chegam à idade de trabalhar e procuram emprego, mais de dois milhões de jovens».

«Teremos — assegura — exércitos de desocupados enquanto haja falta de consumo, porque as nossas fábricas produzem mais do que podemos consumir».

Assim fala um homem representante da Rússia de hoje. Semelhantemente poderiam falar Hoover, Mac Donald e outros estadistas dos países capitalistas. A crise é, na verdade, de consumo. A capacidade de produção é muito superior à de consumo e daí a falta de trabalho na Rússia, na Inglaterra, nos Estados Unidos, etc.

Porém, porque não se consumirá mais, se em todos esses países a fome invade milhões de lares, o frio é fortemente sentido pelas multidões sem roupa nem casa?

Porque enquanto o sistema económico capitalista persistir, tanto na Rússia como em todos os restantes países, haverá trabalhadores forçados a não produzir, por demasiado terem produzido anteriormente, embora as necessidades das populações não estejam satisfeitas; porque em toda a parte, mesmo na Rússia, precisam os trabalhadores de tomar conta dos seus destinos, acabando com os privilégios, porque, em resumo, é tempo de os explorados afirmarem o seu direito à vida.

NA IDADE-MÉDIA

Um método de luta que parece recente e já na Idade-Média se usava

que as normas jurídicas que lhes regulavam o estado eram fixadas pelos «mestres».

Naturalmente, se por um lado os mercantes tinham todo o interesse, para defesa das suas especulações, em manter sujeitas as classes trabalhadoras e produtoras, estas da sua parte, quando a exploração pesava demasiadamente, reagiam, e reagiam reclamando a independência, reclamando o direito de formar uma corporação separada.

Por quem, porém, devia ser concedido o reconhecimento jurídico desta nova instituição? Pelo Conselho da cidade, que era uma emanção da burguesia; esta, visando sempre a conservar os privilégios adquiridos e portanto a deter, em vez de favorecer, a evolução das forças populares, havia naturalmente de estorvar a obra de emancipação, visto que emancipar uma determinada classe da servidão económica significava renunciar ao direito de monopólio da riqueza.

Por esta razão é que o escopo precípua da arte dos mercantes laneros de Pádua foi vincular cada vez mais, em vez de as deixar livres, as classes trabalhadoras, tirando-lhes toda a esperança de liberdade.

Não faltaram tentativas de revolta, especialmente por parte dos tecelões, que constituíam a classe mais numerosa, assim como mais directa e duramente explorada. Em 1451, fizeram eles a primeira tentativa para constituir uma corporação independente.

Como se haviam, porém, de ferir impunemente os interesses dos mercantes? O separar-se da jurisdição da arte podia provocar, havia certamente de provocar um aumento no custo da produção, e, embora não estivesse ainda formada a nova *fratella* (irmandade, confraria; assim se chamavam em Pádua as corporações de artesãos), já os mercadores lhe sentiam os primeiros efeitos, prevendo todo o mal que adviria daí à sua classe, se não fosse impedido o incipiente movimento autonómico.

Para isso, o mais eficaz, o único meio era favorecer as traições e engodar com promessas os trabalhadores de fora, para que viessem para Pádua: todos os que se prestassem à manobra dos mercadores receberiam da arte dez libras para a pensão da casa e dez libras receberia, por tear e por dois anos, cada «mestre tecelão» que puzesse a trabalhar um ou mais teares.

E não faltou porventura uma tentativa de greve, porque, como resulta duma parte do capítulo dos mercadores, estes lamentavam a improvisa baixa da produção.

Como é natural, o movimento devia falir graças à intervenção do governo, escravizado à vontade dos mais fortes: este atalhou logo, rejeitando o reconhecimento da nova corporação e tornando obrigatório, para quem quizesse continuar no exercício da arte de tecelão, vir trabalhar dentro dos limites do subúrbio e das fortificações, e isto ut provideatur fraudibus quae committuntur in pannis conficiendis» (para prevenir as fraudes que se cometem no fabrico dos panos), como diz o texto oficial.

O decreto do Senado prometia a radical eliminação do mal: em vez disso incitou os que já moravam dentro da cidade a intensificarem a propaganda entre os recém-vindos, a fim de formar uma vasta corporação, cujo intuito era, reconhecerem-no os próprios mercadores, «crescere et alternare pretia texture pannorum et non ad aliud finem quamvis aliter colore factum eorum intentionum» (sic) (aumentar os preços da tecedura de panos e não para outro fim, embora mascarem a sua intenção para alcançar o seu fim).

Os tecedores formulavam mais uma vez um estatuto, que devia servir de base à nova corporação; mas ainda desta vez os mercantes, apoiados pelos poderes públicos, conseguiram subjugar as tenras forças trabalhadoras condenando às chamadas o inocente papel, culpado de conter os desideratos duma classe que, nada sendo, queria que a considerassem alguma coisa e desejava subtrair-se a uma exploração odiosa.

A tentativa de emancipação fôra sufocada com a violência. Fôra, porém, impossível suprimir as aspirações de cada indivíduo, e o movimento manteve-se vivo. Tratava-se de um movimento pessoal? Havia de parecer que sim; mas o certo é que isto valia o movimento duma classe inteira, de tal modo que, como epílogo deste movimento, pacífico embora, achamos nós a estipulação, entre mercadores e tecelões, duma nova tabela de preços de tecedura.

Roberto Cessi

EM ESCOURAL

Os trabalhadores rurais realizaram uma sessão magna

Na Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais do Escoural, realizou-se no dia 27 de Setembro uma sessão magna dos trabalhadores rurais desta localidade para tratar de assuntos interessando à classe. Encontra-se presente o camarada Joaquim José Candieira como delegado da Comissão de Relações Nacional e Estudo e Defesa Rural.

Aberta a sessão usou da palavra o presidente, que, como membro da comissão organizadora da escola da mesma Associação, elucida todos os camaradas que se encontram presentes, do resultado dos seus serviços, que dá como concluídos.

Em seguida exorta todos os associados a compreender os benéficos resultados que a escola trás.

Custódio Bota, em seguida, enaltece a obra realizada.

Joaquim José Candieira que se segue no uso da palavra, frisa a necessidade absoluta que há-de nos instruímos, pois só pela instrução temos o devido conhecimento daquilo a que temos justo direito. A instrução é o que há de mais belo. Terminando ergue um viva à escola que foi entusiasticamente correspondido.

Ainda Candieira, como delegado da Comissão de Relações Nacional e Estudo e Defesa Rural, explica promenorizadamente o relatório das reclamações que a mesma comissão se propõe fazer se a classe der o seu apoio moral e material, à comissão que representa para agir, tratando dos interesses económicos da classe, pois o inverno apresenta-se nos pavoroso pela falta de trabalho.

Os rurais do Escoural nesta sessão resolveram dar o seu apoio à Comissão de Relações Nacional e Estudo e Defesa Rural, esperando que os demais camaradas igualmente empreguem todos os seus esforços, para darem igualmente o seu apoio àquela Comissão, afim de que esta, em nome da Classe, empregue a sua actividade, afim de debelar a crise que nos ameaça cada vez mais, e de há muito sentida nos lares dos trabalhadores pelos seus maléficos resultados.

Uma explicação

Adolfo de Freitas pede-nos a publicação do seguinte:

«Devido a um incidente de ordem moral e particular, por mim analisado dentro dum critério que reputo consentâneo com o ideal que há muito abraço, e aproveitando o meu afastamento das lides sindicais por via dos afazeres da profissão que me trazem continuamente longe do Porto,—tem corrido que eu abandonei o campo de luta em defesa dos trabalhadores e que ingressei em determinado agrupamento político-operário. Ora uada mais falso!

Hoje como ontem continuo no mesmo campo de ideias—estudando cada vez mais os problemas operários e tirando dêles a concepção profunda que dêles dimanam.

Afastei-me de determinado campo de acção, por incompatibilidade com alguns camaradas—mais nada!

Quanto ao ingresso no P. C. é pura fantasia, atoarda que repilo! Os meus pontos de vista expostos no congresso dos trabalhadores do comércio em 1923 estão ainda de pé — e cada vez mais firmes, remetendo os novos pensantes que babujam a infâmia a compulsar os meus actos de então e a paustá-los pelos de hoje! Não sou sectarista?! — E' natural! A intransigência deve ser só com os maus e com os de má fé. Devia esta explicação aos trabalhadores, à Central e à *A Batalha*. Ela aí fica.

Adolfo de Freitas

Recomendamos a todos os camaradas que tenham de tratar qualquer assunto com a administração e redacção de *A Batalha*, que se dirijam em correspondência — quando doutro modo seja impossível — para o *PAR-TADO N.º 329 — Lisboa*. Também recomendamos que toda a correspondência, pedindo modificação nas remessas de jornais, deve estar aqui na antevéspera do dia da saída do jornal.

PELOS MARITIMOS

O Pessoal de Câmaras e as suas reclamações

No nosso último número publicámos uma nota do Sindicato do Pessoal de Câmaras da Marinha Mercante Portuguesa. Nela aludia-se a umas reclamações feitas à Companhia Nacional de Navegação, assunto que, segundo nos disse um camarada daquele sindicato, está merecendo a máxima atenção da classe.

A Companhia Nacional de Navegação de há tempos para cá vem admitindo pessoal novo e estranho à classe, prejudicando, desse modo, a numerosa classe dos trabalhadores do mar e, particularmente, o pessoal de Câmaras.

As exigências, por outro lado, da Companhia tornam-se intoleráveis. Ainda não há muito aquela pretendeu mudar dum barco para outro, o pessoal. Pois como este a tal se negasse, a Companhia sem qualquer atenção pelo pessoal, algum com bastante anos de casa, demitiu-o. Em seguida meteu nesse barco novos tripulantes, na sua totalidade indivíduos que, por meio de empenhos, conseguem obter tais empregos, em manifesto prejuízo do pessoal antigo e, portanto, já afeito ao mar, isto é, profissionais.

Está a repetir-se—acrescenta o camarada que ouvimos—o caso dos Transportes Marítimos. Em cada viagem é embarcado novo pessoal, porque não estando habituado ao mar, na sua quasi totalidade, não faz a segunda viagem.

A este facto, naturalmente, temos de atribuir—diz-nos ainda esse camarada—os despedimentos constantes de pessoal filiado no sindicato, sem ao menos haver qualquer razão, por mínima que seja, a justificá-los. Assim a crise de trabalho se vai avolumando entre os marítimos, devendo estes, quanto antes, reunir todos os esforços, possivelmente, um pouco dispersos, para poderem, com vantagem, enfrentar a Companhia, evitando mais despedimentos e procurando reintegrar nos serviços correspondentes todo o pessoal demitido.

O Sindicato numa assembleia recente resolveu nomear uma comissão para se avistar com as entidades competentes e iniciar um movimento de repulsa contra todas as violências exercidas.

Deve, em nossa opinião, levar esse movimento até à exigência de readmissão de todo o pessoal despedido.

Ainda um outro assunto que, neste momento, preocupa o pessoal de Câmaras é o relacionado com os chamados naufragos que a Companhia Colonial não embarca no primeiro barco a sair como é velho hábito na marinha mercante. «E' uma regalia que nos roubam—diz-nos o camarada em questão. Ainda recentemente sucedeu um caso desses com a tripulação do barco «Guiné». Deve o pessoal, quando atingido por tão injusta medida, impôr-se e evitar a sua prática.

E o camarada que ouvimos, afirmou-nos estar o sindicato apto a defender o interesse dos seus associados, não descurando, um momento sequer, todos os assuntos que exigem a sua atenção.

IMPRENSA

«Voz Sindical»

Em Setúbal pensa-se na publicação deste jornal, que durante tanto tempo foi forte baluarte de luta dos trabalhadores daquela cidade.

O grupo editor que vai publicá-lo, conta com o apoio do operariado daquela localidade e procurará dar ao jornal—que será quinzenário—uma orientação ideológica, inofensivamente libertária.

Que não demore o seu aparecimento, são os nossos desejos.

MARCO POSTAL

F. Q.—O que mandaste não pôde saír. O que veio teu sobre Rurais é enorme. Vê se, para outra vez te não estendes tanto.

J. G. Pereira—O que pretende já tentámos. E' impossível.

Odemira—M. S. C.—Manda notícias e colaboração.

M. H. Rijo—Não há conveniência na publicação do que mandaste. Manda doutro género.

Messines.—J. C. Pires—Recebemos o que cita na sua carta. Ainda não foi publicado por falta de espaço.

Questões de tática

(Continuação da página central)

sempre assalariar metade dos trabalhadores para reprimir a outra metade. Continuarão, além disso, a manter o grosso do proletariado num estado de degradação física e mental, debilitados, falhos de energia, ignorando até a maior parte das infinitas alegrias da vida, em virtude dos seus ambientes sombrios e deprimentes e da pobreza da alimentação que lhes nutre o corpo e o cérebro. E o trabalho material, prático, para isto é executado pelos próprios operários—que daí tiram sofrimento pessoal como os outros. Todos esses actos são nocivos em seus efeitos, e como tais devem ser reconhecidos, antes de se pensar em qualquer melhora.

E' o que eu chamo a responsabilidade dos trabalhadores quanto ao seu produto. E digo mais: a ausência deste sentimento de responsabilidade rebaixa esses mesmos trabalhadores, como as suas vítimas. Não hesito em dizer que degrada e embrutece os trabalhadores o trabalho em artes e ofícios baseados na fraude. Tome-se, para exemplo, o picheleiro que impinge a cada passo aos fregueses que concertou canos e esgotos sem nunca o fazer, ou o caixeiro que gasta o dia a empurrar aos compradores, não o que estes necessitam, mas aquilo de que o patrão quer descartar-se primeiro, ou por lhe dar mais lucro ou por não poder conservar-se por mais tempo. Não posso crer que o carácter destes homens—por mais honestos, laboriosos e pessoalmente generosos que a princípio sejam—melhore com o tempo; é mais provável tornar-se insensível e indiferente da que fazer-se franco e entusiasta. Do mesmo modo, os inúmeros produtores de mercadorias inferiores ou medíocres não podem decerto interessar-se pelo seu trabalho. Ora ninguém pode viver sem tal interesse, sob pena de se entorpecerem as suas faculdades, de se amesquinhar a sua inteligência, e de ele se tornar, por fim, incapaz até de compreender as ideias de liberdade e dignidade, quanto mais de as pôr em prática!

Deste estado de coisas todos são vítimas, como vítimas são sempre de si próprios os autores de actos antissociais. Todos os trabalhadores odeiam os secretas e delatores; a maioria deles detestam os fura-grêves. Pois se tal sentimento não se estender a todo aquele que se dedica a um trabalho antissocial, trabalho nocivo aos seus semelhantes, nada pode esperar-se do futuro. Tal é o segundo ponto preliminar. Eis-me finalmente chegado ao assunto principal, que será tratado com a maior brevidade, visto que o fundo já foi esclarecido pelas observações que atrás ficam.

Era preciso achar um meio de acção que levasse grandes massas do povo à concepção e aceitação duma verdadeira e séria combinação dos inseparáveis sentimentos de dignidade humana e liberdade e de solidariedade.

Creio que tal meio se pode obter, se forem convenientemente combinados e utilizados os dois elementos atrás discutidos, a saber: a necessidade de interessar o público (a mas-

sa dos trabalhadores) económicamente nos meios de luta, do mesmo modo que os próprios operários, e a necessidade para os trabalhadores de um sentimento de responsabilidade quanto ao seu produto, levando-os a empregar esforços para deixar de prejudicar os seus semelhantes com um trabalho antissocial.

As grandes linhas deste plano de acção, a meu ver, são para o operariado: recusar executar trabalhos nocivos ao público e, para fortificar a sua posição, expôr a este abertamente como ele é enganado e defraudado; e para o público: apoiar esses movimentos, por meio de uma simpatia activa e da boicotagem. Movimentos assim podem acabar com proveito para os operários que lutam e para o público, desta vez realmente à custa do capitalista, reduzindo-lhe os lucros. Desse modo, esses movimentos perderiam o seu carácter exclusivista e tornar-se-iam acontecimentos de interesse colectivo, coisa que eles são apenas pelos sentimentos e convicções pessoais de alguns, não pela sua base económica.

Na prática, estas tácticas podem naturalmente assumir formas múltiplas. Antes de tudo, devem penetrar na consciência dos sindicalistas e socialistas; depois disto, não faltarão os esforços práticos.

Do que precede resulta claramente que é dupla a minha proposta: despertar o sentimento de responsabilidade e utilizá-lo para o que chamarei movimentos colectivos no interesse público, como atrás indiquei. Se as últimas forem consideradas impraticáveis, subsistirá sempre a primeira proposta, e outros meios se devem procurar para promover e aproveitar aquele valiosíssimo sentimento. Estou firmemente convencido de ser indigno de um homem o causar a seus semelhantes todo e qualquer dano que o capitalista lhe manda praticar, supondo justificá-lo com esta sombra de desculpa: *Sou apenas um instrumento*. Isto pode bastar aos que aceitam o presente sistema e estão contentes com o papel de instrumentos dos capitalistas e de escravizadores dos seus semelhantes: mas os que, rejeitando o presente sistema social, cometem, no entanto, aqueles actos antissociais, são inconscientemente cobardes, que nunca derribarão realmente tal sistema. *Peço homens que se emancipem primeiramente no seu íntimo, depois recusem executar trabalhos que perpetuem a miséria e escravidão dos seus semelhantes e assim criem uma larga corrente de simpatia e solidariedade, base adequada de uma acção mais avançada.*

Esta acção económica é a que me parece mais ao alcance de um homem que se sente livre e acha a base da sua liberdade na liberdade e bem-estar dos outros. Se não pode recusar de todo trabalhar para o capitalista, pondo assim termo ao sistema actual, procurará de certo modo não trabalhar em detrimento dos seus semelhantes, impulsionado pelo respeito de si mesmo e sem querer saber se a solidariedade deles corresponderá ou não imediatamente à sua. Tal é o método anarquista: fazermos nós próprios o que queremos ver feito.

COISAS VISTAS...

Introito para futuras crónicas de crítica

Nesta secção passaremos em revista a semana de factos que, pela sua natureza, careçam de ser criticados.

Não se suponha que aqui se lavará roupa suja ou se dirá mal deste ou daquele. A crítica é uma necessidade quando ela é exercida com um fim nobre, com elevação, quando destruindo constroem também.

Não temos o propósito de atirar para as ruas da amargura inimigos ou indivíduos com quem não simpatizamos. Simpatizamos com toda a gente, mas temos ideias que manteremos apesar de tudo. Dentro deste envoltório, pois, faremos uma crítica que se condicionará com a noção que temos da liberdade dos outros... que a nossa liberdade principia onde termina a dos outros.

Há por vezes atitudes ilógicas, contradições, colectivas que não se adaptam ao nosso modo de ver, e às vezes, mesmo falthas dum sentido razoável das cousas, acontecimentos que necessitam ser focados com o intuito de orientar.

Isso faremos.

Todos os que um dia virem comentadas as suas atitudes nesta secção, devem fixar que não há o propósito de menosprezar quem quer que seja, de ridicularisar ou aniquilar. Há, apenas, um propósito: esclarecer.

Aí ficam as nossas primeiras palavras. Que as fixem todos, porque desejaremos não vermos incompreendidas atitudes de crítica, visando um fim louvável, mas, por essa incompreensão, tidos como verrina de despeitados ou mal intencionados. Como afirmamos, impulsiona-nos a esta actividade o desejo de servir o melhor possível o movimento operário.

DE MESSINES

Os trabalhadores da Construção Civil sentem a necessidade de reorganizar o seu sindicato

MESSINES, 5.—Hoje, como sempre, e enquanto não atingirmos o ponto culminante da nossa integral emancipação, não poderemos prescindir da nossa luta de classe, única arma que possuímos para nos defendermos da exploração desenfreada e de todas as arremetidas que nos vitimam.

Sim... Enquanto estivermos sobre o jugo e o domínio de patrões, enquanto houver exploradores e explorados, enquanto não atingirmos o fim que almejamos, que tende a derruir esta sociedade sórdida, para dar lugar a outra mais bela mais equitativa, isenta de todos os preconceitos e flagelos; enquanto a sua bandeira simbólica não se desfrazar, jámais poderemos deixar de dar aos nossos Sindicatos, Federações de Indústria e, mais, aos restantes organismos de luta todo o apoio devido.

Todos nós, trabalhadores, deveríamos opôr uma barreira forte para com ela conquistar a nossa emancipação e, simultaneamente, levarmos os que trabalham a não abdicar deles.

E' demasiadamente sabido, que toda a organização operária portuguesa se vai levantando da letargia que há longo tempo a manietava. Acorrem ao seu ressurgimento de energias, e de vários lados, militantes que vão dando vida aos seus organismos.

Aqui, os trabalhadores da Construção Civil acorrem também a esse ressurgimento, sentindo, como todos, a necessidade da sua união dentro do seu sindicato. Resolveram reorganizar o seu baluarte de luta, tendo sido convocada, para esse fim, uma reunião para o dia 4 do corrente.

Depois se fazer sentir a necessidade de o sindicato se activar todos os trabalhadores presentes manifestaram ardente desejo de o ver reorganizado, acrescentando, que muito tem prejudicado os trabalhadores, o seu desaparecimento.

Foi resolvido requisitar expediente à Federação e manter-se uma cobrança obrigatória entre todos os sócios e outra voluntária para conseguirmos reaver o mobiliário do sindicato, que se encontra penhorado, por causa da dívida da renda da casa ao senhorio da antiga sede deste organismo.

Em seguida foi nomeada a direcção do sindicato, que é constituída pelos seguintes camaradas: José Correia Pires, secretário geral; Manuel Estreia, secretário administrativo; Alberto Montes, tesoureiro; António João, cobrador; António das Neves, vogal e Francisco Correia.—(C.)

A BATALHA



VIDA OPERÁRIA VIDA SINDICAL

Aos litógrafos

Depois de um período de completa apatia, parece ter chegado o momento da massa trabalhadora começar enveredando por outro caminho, robustecendo-se e ingressando nas suas associações de classe, baluartes das suas legítimas reivindicações.

Assim, a Comissão Administrativa da Associação dos Litógrafos e Anexos aproveita o momento para chamar a atenção da classe para o seu indiferentismo de que resulta o estado de inacção em que se encontra.

Bom seria que esse indiferentismo se não registasse e se convencessem da necessidade de trabalho intenso.

Não tem a nossa associação aquela altivez de há meia dúzia de anos, mas devido à tenacidade de meia dúzia de camaradas ainda se mantém, pronta a retomar os trabalhos que a força das circunstâncias nos forçaram a paralisar.

E' tempo, ainda, e trabalhando acertada e convenientemente transporem as dificuldades que nestes últimos anos se nos têm deparado. Para tal conseguir vos dirigimos o presente apelo.

A Comissão Administrativa do vosso sindicato chama-vos a uma colaboração directa consigo na obra que tem de levar a cabo pelo levantamento moral e profissional da classe contando que este apelo encontra eco dentro das vossas consciências, reparando que a situação que se atravessa é dolorosa e que, por isso, exige o esforço de todos.

Camaradas! Fizemo-vos sentir a necessidade que tendes de ingressar na vossa associação de classe. Deveis fazê-lo, por que só depois desse ingresso feito e quando todos trabalharem com vontade se poderão pôr em prática as medidas que nos beneficiarão.

Se a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos mesmos trabalhadores, porque razão não havemos de meter mãos à obra preparando um futuro melhor que o presente?

A Comissão Administrativa da Associação de Classe dos Litógrafos e Anexos

Auxílio à "A Batalha"

Transporte....	1.734\$50
António Bastos.....	5\$00
Associação dos Corticeiros de Silves.....	100\$00
Assoc. dos Caixeiros de Lisboa..	10\$00
Rogério Carvalho—Funchal.....	10\$00
Quete aberta na Carris: A. V., 5\$00;	
F. P., 5\$00; E. M., 5\$00; F. G.,	
5\$00; J. L., 2\$50; J. A., 2\$50;	
A. S., 2\$50; M. A. S., 5\$0; C. R.	
C., 2\$50; J. S., 1\$00; J. C. M.,	
2\$50; J. A., 1\$00; M. M., 1\$50;	
M. A. B., 1\$00; J. C., 1\$50; J. T.,	
1\$0; J. O., 5\$0; L. A., 1\$00; B.	
F., 2\$50; A. F., 1\$00; H. R. D.,	
1\$00; J. P. F., 1\$00; M. P., 1\$50;	
A. C., 1\$00; A. S., 1\$00; M. P.	
S., 2\$00; J. L., 1\$00; F. S., 1\$00;	
J. S., 1\$00; J. R., 1\$50; M. F.,	
1\$50; M. F. C., 2\$50; A. F., 1\$00;	
A. L., 1\$00; A. D., 1\$00; A. U.	
L., 2\$50; A. A. M., 1\$00; A. C.,	
1\$50; J. C., 2\$50; A. F. S., 2\$50;	
B. S. V., 2\$00; A. D., 2\$50; M.	
R., 2\$50; A. L., 1\$50; V. M. B.,	
2\$50; C. B., 1\$00; D. C., 1\$50;	
C. S., 2\$50; V. P., 2\$50; A. C.	
R., 2\$50; A. M., 1\$00; A. G. S.,	
5\$0; L. M., 1\$00; A. M., 1\$00;	
J. L. L., 1\$00; L. S., 2\$50—Tot.	
tal.....	102\$50
Assoc. da Construção Civil de	
Tires.....	20\$00
António Soares Nogueira—Fica-	
lho.....	20\$00
Assoc. dos Compositores Tipográ-	
ficis—Lisboa.....	50\$00
A transportar..	2.052\$00

Comissão Inter-Federal

Reuniu esta Comissão tendo apreciado correspondência dos Marítimos de Sines, dos Alfaiates de Lisboa, da Construção Civil da Guarda, dos Rurais de Évora e do Funchal.

Tomou conhecimento de que a C. S. T. do Porto está desenvolvendo uma grande actividade a favor dos Mineiros de Aljustrel, procurando interessar nela toda a organização operária do Norte.

Resolveu aconselhar toda organização do país que siga o exemplo daqueles camaradas, tomando em consideração a circular enviada pela Comissão Inter-Federal sobre este assunto.

Pela correspondência recebida continua a verificar o entusiasmo com que tem sido acolhida A Batalha por todos aqueles que desejam lutar pela sua emancipação integral, sem auxílios de messias salvadores ou de políticos de nova marca.

Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa.—Reuniu o Conselho geral desta Câmara, que tratou da situação dum sindicato, horas suplementares, unificação dos salários, situação da organização local e recomposição da C. A.

Quanto ao primeiro ponto, a C. A. revela a situação do Sindicato Mobiliário, que não pode aceitar por enquanto o encargo da co-tização. A C. A. é de opinião que esse sindicato deve, apesar disso, continuar dentro do Conselho Geral.

Assim foi compreendido e aceite. Sobre o segundo número da ordem dos trabalhos, a C. A. explica que havendo classes que não podem tolerar o princípio das horas suplementares, outras há que não as podem dispensar. Deve a Câmara adoptar um princípio geral que se harmonize com esses pontos de vista. Baseando-se na natureza de trabalho de certas indústrias, apresenta uma moção com as seguintes conclusões: Reclamar que de futuro «as horas suplementares só podem ser feitas depois de mútuo acordo entre patrões e os sindicatos operários».

O delegado da C. Civil regeita o princípio das horas suplementares, defendendo a jornada de 8 horas e a sua redução.

A C. A. defende a moção, tendo apresentado aquele princípio, que não se baseia na maneira de pensar dos seus componentes mas nas conclusões a que chegou do estudo feito às respostas dos sindicatos aderentes. O delegado dos Alfaiates ataca a moção da C. A.

O delegado da Construção Civil continua discordando da moção da C. A. A C. A. faz outras considerações, baseando-se nas características das indústrias, devendo ser, afirma, os sindicatos que deverão arbitrar a questão.

Posta a moção à votação é rejeitada por maioria.

Sobre o salário único foi apresentada pela Comissão Administrativa uma moção com as seguintes conclusões: Exortar todos os sindicatos de Lisboa a iniciarem um estudo e uma campanha para o restabelecimento dum salário mínimo e único; que esta resolução seja levada à Comissão Inter-Federal para que sejam interessados todos os sindicatos do país por intermédio das suas Federações de Indústria.

O delegado da C. Civil disserta sobre a maneira como a sua classe realisa já as suas actividades no sentido de estabelecer um salário mínimo em Lisboa, afirmando que se podia estender à província.

Esta moção foi aprovada por unanimidade.

A C. A. apresentou, ainda, uma exortação aos sindicatos não aderentes baseada nas resoluções do Congresso do Sindicatos de Lisboa.

E' aprovada por unanimidade. Foi recomposta a C. A. com um delegado dos Impressores Tipográficos.

Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria do Concelho de Oeiras (Em organização).—Em reunião ordinária da comissão organizadora da Associação de Classe

dos Empregados do Comércio e Indústria do Concelho de Oeiras (em organização), foi largamente discutido o horário de encerramento de inverno do comércio do Concelho de Oeiras. Esta comissão oficiou à Câmara de Oeiras, pedindo para que o encerramento de todo o comércio seja rigorosamente cumprido em todas as freguesias do Concelho.

Nessa reunião foram também aprovados e admitidos como sócios vinte empregados no comércio. Ficou assente entre os membros da comissão organizadora, que esta reunirá todas as quintas-feiras. Também foi resolvido fazer em todas as freguesias do Concelho, o máximo de propaganda desta associação, chamando assim a atenção de todos os empregados do Concelho de Oeiras e levando-os a contribuir com o seu esforço para a organização desta tão útil Associação de Classe.

Sindicato Unico da Construção Civil de Lisboa—Secção Profissional dos Estudadores.—Com grande concorrência, reuniu no passado dia 2 do corrente, em sessão magna, a classe dos Estudadores para apreciar uma circular da Federação da Indústria, bem como tomar conhecimento do movimento encetado pelo sindicato, referente ao pedido de uniformização de salários para os componentes da indústria. Presidiu à sessão Eurico Pinto Mateus, secretariado por José Francisco e Mário Augusto. Do expediente constava a circular da Federação que foi lida e tomada em consideração por condizer com o assunto que se vai tratar. Pela Comissão Administrativa, é apresentada uma moção, que nas suas conclusões preconiza um salário uniforme para todos os profissionais de Estudador, bem como para meios oficiais.

E' dada a palavra a João Miranda representante do sindicato que começa por analisar a precária situação que presentemente atravessam os nossos camaradas devido ao abandono a que votaram os seus organismos.

Cita a disparidade de salários existentes nas mesmas profissões, o que não tem justificação, devendo-se isso à desmedida febre de lucros que os mestres querem auferir nos trabalhos tomados, ao mesmo tempo que se esquecem daqueles que os servem.

José Francisco em nome da Comissão Administrativa dos Estudadores, diz que não podia a nossa classe ficar indiferente no presente momento à acção desenvolvida pelo sindicato sobre a unificação, para o qual todas as restantes classes têm reunido, e resolvido como é de justiça. Refere-se ao desrespeito ao horário de trabalho apelando para que todos os Estudadores não trabalhem mais do que a lei determina para assim se poder assegurar uma conquista que muito nos custou a alcançar.

Faz votos para que os camaradas Estudadores, que não estejam dentro da sua secção, o façam o mais breve possível, para assim se conseguir uma bem orientada acção: conquistar o que nos pertence como trabalhadores.

Fala Manuel Pereira dos serventes, que se congratula com o resultado da sessão, e incita todos os presentes a pugnam por um salário uniforme a exemplo do que fizeram as restantes secções.

José Simões, não concorda que a moção seja aprovada nesta sessão, mas sim em outra para tal, a convocaram. A assembleia discorda.

José Dias refuta as palavras de J. Simões dizendo estar de alma e coração com o documento apresentado pela C. Administrativa, incitando todos os camaradas a darem-lhe todo o seu apoio, ao mesmo tempo que entende que em caso de não serem atendidas as reclamações da classe por todos os mestres se faça o deslocamento dos camaradas para aqueles que cumprirem com o pedido. E' de opinião que se envie uma circular a todos os mestres na qual se reclama o salário de 30\$00 para oficiais e 25\$00 para meios oficiais. Aos aprendizes ser-lhes há feito o pagamento em conformidade com as suas habilitações profissionais.

A moção foi aprovada.

tes de cal.—Esta classe reuniu em assembleia para tratar da uniformidade dos salários e da jornada de trabalho.

Abriu a sessão José Leitão, que expôs os fins da reunião, salientando a necessidade da classe se unificar, a-fim-de melhorar a sua situação económica.

J. Andorinha critica o indiferentismo da classe pela Associação, e censura acrememente a maneira como alguns camaradas a dispensam. Defende o princípio do salário mínimo, pelo qual todos devem batalhar.

J. Fernandes pronuncia-se na mesma ordem de ideias.

V. Santos filia o estado de alheamento da classe na falta de persistência da cobrança.

Carlos Coelho, do Sindicato da Construção Civil, principia por julgar imprevidência o afastamento da classe do Sindicato, porque, sendo todos da mesma indústria, deviam estar unidos.

Lê e explica as exposições apresentadas sobre as reivindicações dos cabouqueiros e fabricantes de cal. História a maneira como a classe da Construção Civil tem tratado do assunto. Faz várias considerações sobre o salário mínimo e uniforme. Lê uma circular da Federação da Construção Civil sobre as reivindicações dos operários da indústria e incita esta classe a acompanhar os camaradas da construção civil na luta pela uniformidade dos salários.

A direcção daquele sindicato apresentou uma moção preconizando: apoio ao Sindicato da Construção Civil para se reclamar o salário uniforme, formular as reclamações aos industriais e nomear uma comissão para estabelecer a base dos salários. Foi aprovada.

E' nomeada uma comissão para materializar a moção anterior, sendo resolvido dar todo apoio à Câmara Sindical do Trabalho e à Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores.

Em seguida falou o delegado da C. S. T., que expôs largamente o que pensa aquele organismo e o que representa para os trabalhadores a unificação dos salários, o cumprimento da jornada de trabalho e a redução, e actualização da lei dos acidentes do trabalho.

A sessão foi encerrada no meio do maior entusiasmo.

Sindicato Unico Mobiliário.—Mais uma vez a comissão administrativa deste sindicato avisa os operários de que foi iniciada uma quete para reforço do cofre sindical, podendo todos os camaradas que queiram contribuir ou tomar conta dalguma quete dirigir-se à sede do sindicato todos os dias das 17 horas em diante.

Reuniu na quarta-feira a comissão administrativa, que deu andamento a diverso expediente, aprovando vários sócios. Esta comissão reúne às quartas e sextas-feiras das 19 horas em diante.

Prevenimos novamente o organismo que tenha em seu poder a nossa bandeira que o comunique, a-fim-de que possa ir um delegado buscá-la.

Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria—Lisboa.Reuniu a Comissão Administrativa deste sindicato para tratar de vários assuntos pendentes, tendo resolvido apoiar as reclamações feitas pelos mineiros de Aljustrel, sobre a demissão injustificada de centenas de operários, ao serviço da Empresa Mineira daquela localidade.

Verificou-se que a crise de trabalho atinge, cada vez mais a classe, lamentando a indiferença desta pelos seus organismos de luta. Resolveu procurar interessar esta, um pouco mais pelo sindicato, indo fazer alguma coisa para tal conseguir.

Substituiu um dos seus delegados à C. S. do T., por o-que tinha sido nomeado não poder desempenhar-se dessa missão por ter assumido outros cargos na vida sindical. Nomeou o camarada António de Sousa.

A organização operária tem na «Vanguarda Operária» seu porta-voz no Norte.